

CAPÍTULO 8

Análise da Execução
dos Programas



8. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS

A prática da transversalidade, com ações compartilhadas e intersetorialidade, tem se confirmado como estratégia vitoriosa na construção de democracia e desenvolvimento. Estabelecer marcos de políticas públicas de reparação e compensação social que elevem a qualidade de vida da população é caminho da agenda de um governo democrático e popular.

(Revista Terra Mãe, ano II)

Os objetivos deste capítulo são o de proporcionar uma visão geral dos aspectos da execução orçamentário-financeiro, assim como o de ressaltar as principais realizações governamentais em 2016¹.

Cabe enfatizar que as variáveis orçamentário-financeiras, possuem em si as evidências de resolutividade de conflitos, não antagônicos, de interesses inerentes a cada um dos diversificados atores sociais, que lutam por um espaço no campo da cidadania. Na apresentação deste relatório, um expressivo grupo de atores passou a participar ativamente na arena estatal para afirmação de uma cidadania há séculos inacessível.

Porém, um axioma merece ser destacado: em uma publicação sobre as possibilidades e perspectivas de análise de bases orçamentárias, talvez a premissa mais importante a ser asseverada seja a de que o orçamento público não tem valor intrínseco. Ele não estabelece agendas, não mobiliza ação, não produz resultados, não controla atos. O orçamento público não dita regras, não as faz cumprir. Não cria organizações, não engendra comportamentos, não altera culturas².

Entretanto, o orçamento público reflete, em seu processo de elaboração e execução, o ciclo de todas as políticas públicas em vigência e consigna, em seus demonstrativos, quadros e programações, as oportunidades e os riscos associados às decisões tomadas para cada política. Nessa condição, ele se torna, individualmente, o instrumento mais importante para a compreensão dos processos decisórios e dos resultados produzidos na sociedade. (SANTOS 2011, p. 26)

O atual governo elegendo como primazia o social, e tendo como mote a inclusão socioprodutiva, engendrou a concepção de um modelo de desenvolvimento que não atrela o social ao econômico, mas internaliza a concepção como variável endógena do modelo as dimensões do social e mais ainda, propõe um novo olhar sobre os atores que ficaram à margem dos frutos de desenvolvimento no passado e que agora passaram a ser mais protagonistas, disputando espaços na arena política e, sobretudo na agenda das políticas públicas. O Colegiado de Desenvolvimento Territorial – Codeter é um exemplo emblemático.

A certeza desse modelo pode ser vislumbrado a partir da agricultura familiar e seu papel dinamizador e inclusivo no estado. Atuando como forte elemento garantidor de renda para 70% do território baiano, foi foco de ações que buscaram fortalecer as cadeias produtivas do setor, melhorando a qualidade dos

1 – Algumas variáveis possuem comparações nos últimos dez anos, assim como outras se referem aos dois anos da atual gestão.
2 – Rita de Cássia L. F. Santos O impacto de decisões orçamentárias na conformação de eventos sociais: um programa de pesquisas a partir da investigação de bases de dados do orçamento IN Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil Orçamento e políticas públicas: condicionantes e externalidades / organizado por Flávio Tonelli Vaz e Floriano José Martins – Brasília: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social, 2011.

produtos e a capacidade de produção e gestão. É sempre bom lembrar que 77% dos alimentos saudáveis que chegam à mesa dos baianos são provenientes desse circuito produtivo.

As análises e comentários, a seguir, tomam como ponto de partida um recurso público, que, em 2016, atingiu a cifra de R\$ 55,0 bilhões, considerando os três orçamentos do ponto de vista do orçamento atual, sendo que 92,2% foram alocados ao Poder Executivo.

Tomando como base o Valor Liquidado, no montante de R\$ 28,7 bilhões, pode-se verificar que o orçamento fiscal participa com 67,7% e com um grau de execução total de 79,3% e desagregando, tem-se para o Fiscal 87,1% e 92,5% para a seguridade social. A Tabela 1B revela os resultados para o Poder Executivo.

Inicialmente, cabe ressaltar que um importante aspecto, de relevância extrema quando se trata de políticas públicas com elevado grau de transversalidade, é dotar o gasto público de atributos que promovam o alinhamento das ações dos atores diretamente envolvidos no resultado da política. Créditos orçamentários

crescentes ao longo do tempo, e especialmente distribuídos conforme necessidades apuradas, podem, ainda assim, resultar em baixa efetividade quando a coordenação entre atores não se exerce de forma efetiva.

No setor público, essa questão é particularmente problemática, tendo em vista o pressuposto inadvertidamente disseminado de que o governo é uma entidade monolítica, ou seja, de que o governo pode sempre contar com o tecido governamental para efetivar estratégias de ação.

No próximo item serão elaborados comentários e breves análises sobre os diversos olhares a respeito do orçamento, em que cada ângulo destaca alguns aspectos não considerados pelos demais.

8.1 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

O PPA Participativo 2016-2019, em seu primeiro ano de vigência, apresentou um grau de execução financeira total, em torno, de 78,4%. Tal indicador revela um comportamento Bom, ao utilizar a métrica da Associação Brasileira de Orçamen-

TABELA 1A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-FINANCEIRA DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E INVESTIMENTO DAS EMPRESAS - TODOS OS PODERES								Bahia, 2016
Esfera Orçamentária	Orçado Inicial (R\$1.000,00) (A)	Orçado Atual (R\$1.000,00) (B)	Contingenciado (R\$1.000,00) (C)	Empenhado (R\$1.000,00) (D)	Liquidado (R\$1.000,00) (E)	Pago (R\$1.000,00) (F)	Part % Coluna (G) = (E)/ Total	Execução Liq/ Plan - Cont (H) = (E)/(B-C)
Fiscal	28.767.372	33.874.185	906.038	28.953.246	28.714.028	28.589.813	67,7	87,1
Investimento	5.719.577	5.719.577						
Seguridade Social	13.125.271	14.955.971	126.140	13.808.871	13.714.925	13.638.243	32,3	92,5
Total Geral	47.612.220	54.549.734	1.032.178	42.762.117	42.428.953	42.228.056	100	79,3

Fonte: Iplan 13/01/2017

TABELA 1B EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-FINANCEIRA DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E INVESTIMENTO DAS EMPRESAS - PODER EXECUTIVO								Bahia, 2016
Esfera Orçamentária	Orçado Inicial (R\$1.000,00) (A)	Orçado Atual (R\$1.000,00) (B)	Contingenciado (R\$1.000,00) (C)	Empenhado (R\$1.000,00) (D)	Liquidado (R\$1.000,00) (E)	Pago (R\$1.000,00) (F)	Part % (G) = (E)/Total	Execução Liq/ Plan - Cont (H) = (E)/(B-C)
Fiscal	25.110.108	29.657.339	906.038	24.803.117	24.588.195	24.469.989	48,9	85,5
Investimento	5.719.577	5.719.577						
Seguridade Social	13.119.527	14.952.353	126.140	13.805.348	13.711.401	13.634.882	27,2	92,5
Total Geral	43.949.212	50.329.269	1.032.178	38.608.464	38.299.596	38.104.871	76,1	77,7

Fonte: Iplan 13/01/2017

to Público – ABOP ampliada. Porém, desagregando os dados, tem-se que a média do grau de execução ficou em torno de 54% e com Desvios Médio e Padrão iguais a 22% e 26%, respectivamente, evidenciando uma forte dispersão das variáveis. Exemplo dessa afirmação é o Programa 214 com 14,6% de execução e o Programa 205 com 95%, conforme Tabela 2.

Utilizando a régua da ABOP ampliada para mensurar o grau de desempenho financeiro, de acordo com o Quadro 1, nota-se que os Programas 205 (95,2%); 215 (92,1%); 217 (92%) e 200 (90,2%) enquadraram-se num nível de desempenho ÓTIMO. Pela ordem, têm-se três programas dentro da escala BOM: o Programa 212, Educar para Transformar, (89,8%); 202, Cultura e Identidade

TABELA 2 EXECUÇÃO DO PPA 2016-2019 POR PROGRAMA											Bahia, 2016
Nº	Programa	Ppa 2016-2019 (R\$ 1.000,00) (A)	Orçado Inicial (R\$ 1.000,00) (B)	Orçado Atual (R\$ 1.000,00) (D)	Contingenciado (R\$ 1.000,00) (E)	Empenhado (R\$ 1.000,00) (F)	Liquidado (R\$ 1.000,00) (G)	Pago (R\$ 1.000,00) (I)	Part % Linha/ Liquidado (L)	% Execução Financeira (M) = (I) / (D-E) * 100	% Execução PPA / Liquidado (N)
	Programas Finalísticos	83.306.067	18.952.625	23.676.366	963.181	18.072.464	17.915.485	17.808.312	100	78,4	21,5
205	Pacto pela Vida	20.781.093	4.136.383	4.961.099	162.597	4.640.493	4.609.606	4.568.915	26,1	95,2	22,2
215	Cidadania e Direitos	1.776.170	404.386	490.685	16.331	440.486	439.531	437.069	2,5	92,1	24,7
217	Esporte e Lazer	670.581	176.151	222.833	20.160	187.315	186.572	186.470	1,1	92,0	27,8
200	Saúde Mais	17.683.820	4.159.971	4.818.783	42.000	4.349.359	4.318.283	4.308.572	24,1	90,2	24,1
212	Educar p/ Transformar	17.423.655	4.162.550	5.210.511	10.675	4.768.411	4.706.849	4.669.604	25,5	89,8	25,9
202	Cultura e Identidade	387.776	86.623	149.587	17.691	109.567	108.621	107.253	0,6	81,3	28,0
218	Gestão Participativa	2.611.229	535.542	551.834	46.703	396.472	382.984	382.267	2,2	75,7	14,7
201	Ciência, Tecnologia	723.280	158.012	121.141	24.771	67.250	67.126	66.994	0,4	69,5	9,3
216	Vida Melhor	727.660	133.747	163.330	19.215	96.014	96.014	95.850	0,5	66,5	13,2
209	Desenv. Urbano	3.397.014	980.500	1.157.680	113.900	641.088	640.128	640.056	3,6	61,3	18,8
207	Meio Ambiente e Sust	244.485	85.581	128.456	21.950	59.720	58.969	58.878	0,3	55,3	24,1
204	Infraestrutura para	6.014.514	2.020.951	3.218.127	267.152	1.518.786	1.516.022	1.514.677	8,6	51,3	25,2
206	Desenvolvimento Rural	1.798.802	338.035	455.775	69.327	202.552	199.019	198.149	1,1	51,3	11,1
211	Mulher Cidadã	55.991	7.877	11.338	6.340	2.942	2.443	2.443	0,0	48,9	4,4
213	Água para Todos	6.171.483	778.405	1.130.355	68.388	400.879	394.072	384.371	2,2	36,2	6,4
210	Turismo	270.611	107.408	101.219	22.448	26.272	25.513	25.512	0,1	32,4	9,4
208	Bahia Trabalho Decen	95.489	21.805	64.435	5.500	18.807	18.038	17.793	0,1	30,2	18,9

Continua

Continuação

Nº	Programa	PPA 2016-2019 (R\$ 1.000,00) (A)	Orçado Inicial (R\$ 1.000,00) (B)	Orçado Atual (R\$ 1.000,00) (D)	Contingenciado (R\$ 1.000,00) (E)	Empenhado (R\$ 1.000,00) (F)	Liquidado (R\$ 1.000,00) (G)	Pago (R\$ 1.000,00) (I)	Part % Linha/Liquidado (L)	% Execução Financeira (M) = (I) / (D-E) * 100	% Execução PPA / Liquidado (N)
	Programas Finalísticos	83.306.067	18.952.625	23.676.366	963.181	18.072.464	17.915.485	17.808.312	100	78,4	21,5
203	Desenv. Produtivo	2.397.189	650.549	705.569	23.211	144.744	144.388	142.158	0,9	20,8	6,9
214	Igualdade Racial	75.225	8.150	13.610	4.820	1.308	1.306	1.281	0,0	14,6	1,7
	Programas Meio		24.996.587	26.652.904	68.997	20.536.000	20.384.112	20.296.559	100	76,35	
502	Ações de Apoio Administração do Executivo		17.302.041	17.782.157	66.497	12.151.085	12.074.977	11.987.636	59,2	67,67	
900	Operação Especial		7.669.546	8.870.742	2.500	8.384.915	8.309.134	8.308.923	40,8	93,69	
999	Reserva de Contingên		25.000	4	0	0	0	0		-	
	TOTAL GERAL	83.306.067	43.949.212	50.329.269	1.032.178	38.608.464	38.299.596	38.104.871		77,30	

Fonte: Fiplan 13/01/2017

(81,3%); 218, Gestão Participativa, (75,7%). Seis programas registraram um grau de execução regular como os de números 201, 216, 209, 207, 204 e 206; os que apresentaram uma situação deficiente, com grau de execução na faixa maior que 30% e inferior a 50% foram quatro programas: 211, 213, 210 e 208. Dois programas enquadram-se numa faixa de desempenho altamente deficiente: 203 e 214.

Destarte, visualizando pela ótica da utilização de recursos, percebe-se que 53,7% dos recursos encontram-se no nível ÓTIMO; 28,3% na faixa considerada BOM; 14,6% na escala REGULAR, 2,5 na ordem escalar considerada DEFICIENTE e, fi-

QUADRO 1	ÍNDICE DE DESEMPENHO	Bahia, 2016
	ÓTIMO	> 90
	BOM	> 70 < 90
	REGULAR	> 50 < 70
	DEFICIENTE	> 30 < 50
	ALTAMENTE DEFICIENTE	< 30

Fonte: Adaptação do Índice ABOP

nalmente, 0,9% situa-se na métrica ALTAMENTE DEFICIENTE. Essa informação minimiza a avaliação do programa pelo grau de execução, pois aqueles que se apresentam altamente deficitários absorveram, apenas, cerca de 1% dos recursos financeiros.

Cabe observar as limitações do uso do grau de execução para medir o grau de desempenho de um programa. Para robustecer essa categoria, utilizou-se o grau de desempenho dos programas sob a ótica dos indicadores e calculou-se o coeficiente de correlação.

Os coeficientes revelam um grau de correlação bem fraca, seja para o teste de Kendall, cujo coeficiente é denominado tau-b de Kendall, que apresentou um resultado igual a 0,147, ou seja, o coeficiente de correlação entre o grau de execução dos programas em relação ao desempenho pelo critério dos indicadores.

O mesmo resultado pode ser verificado ao se utilizar o teste de Spearman, cujo coeficiente Rho foi de 0,197, denotando mais uma vez uma correlação bem fraca.

TABELA 3		COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO DE KENDALL E SPEARMAN ENTRE GRAU DE EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS DO PPA		Bahia, 2016	
		EXECUÇÃO		DESEMPENHO	
Kendall's tau_b	EXECUÇÃO	Correlation Coefficient	1,000	0,114	
		Sig. (2-tailed)		0,516	
		N	18	18	
Kendall's tau_b	DESEMPENHO	Correlation Coefficient	0,114	1,000	
		Sig. (2-tailed)	0,516		
		N	18	18	
Spearman's rho	EXECUÇÃO	Correlation Coefficient	1,000	0,147	
		Sig. (2-tailed)		0,561	
		N	18	18	
Spearman's rho	DESEMPENHO	Correlation Coefficient	0,147	1,000	
		Sig. (2-tailed)	0,561		
		N	18	18	

Fonte: Elaboração Diretoria de Avaliação - DAV e Assessoria (SMA/SEPLAN)

QUADRO 2		MÉTRICA PARA CORRELAÇÃO		Bahia, 2016	
Valor de p (rho) (+ ou -)		Interpretação			
0.00 a 0.19		Uma correlação bem fraca			
0.20 a 0.39		Uma correlação fraca			
0.40 a 0.69		Uma correlação moderada			
0.70 a 0.89		Uma correlação forte			
0.90 a 1.00		Uma correlação muito forte			

COMPATIBILIDADE ENTRE PPA E A LOA

De uma forma menos formal, pode-se afirmar existir uma relação entre a estrutura programática do PPA 2016-2019 e a distribuição dos recursos entre os 19 programas executados por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA 2016.

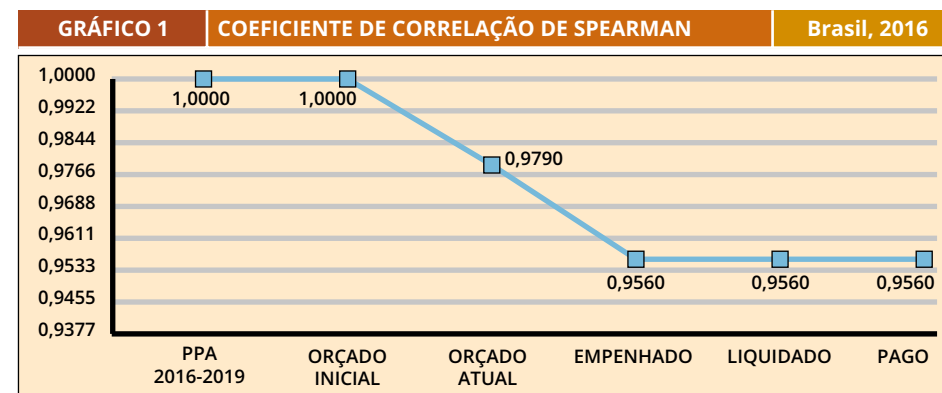
TABELA 4		COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO DE SPEARMAN RHO					Bahia, 2016	
CORRELAÇÃO		PPA 2016/2019	Orçado Inicial	Orçado Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	
PPA 2016-2019		1,0000	1,0000	0,9790	0,9560	0,9560	0,9560	
ORÇADO INICIAL		1,0000	1,0000	0,9790	0,9560	0,9560	0,9560	
ORÇADO ATUAL		0,9790	0,9790	1,0000	0,9700	0,9700	0,9700	
EMPENHADO		0,9560	0,9560	0,9700	1,0000	1,0000	1,0000	
LIQUIDADO		0,9560	0,9560	0,9700	1,0000	1,0000	1,0000	
PAGO		0,9560	0,9560	0,9700	1,0000	1,0000	1,0000	

Fonte: Fiplan (elaboração Assessoria da SMA/SEPLAN)

A Tabela 4 demonstra os valores do coeficiente de correlação Rho de Spearman³. Foi calculado a correlação bivariado, ou seja, entre os valores dos programas no PPA e Valores Inicial, Atual, Empenhado, Liquidado e Pago da Execução Orçamentária. Para todo par envolvido calcula-se o coeficiente de correlação. Dessa forma, temos que, entre a dotação do PPA e o valor da dotação do PPA para os programas, o coeficiente será necessariamente 1.

O importante a ressaltar é a existência de forte correlação significativa no nível 0,01 (bilateral) para todos os pares.

O Gráfico 1 permite uma melhor visualização e revela um achado. Quanto maior for o distanciamento do valor orçamentário menor é o grau de correlação. Embora todas mantenham uma robusta correlação positiva e significativa.



Fonte: Fiplan 13/01/2017

3 - O Coeficiente de Correlação de Spearman é o mais antigo e também o mais conhecido para variáveis mensuradas em nível ordinal, chamado também de Coeficiente de Correlação por Postos de Spearman, designado "rho" e representado por Ps. Quando as amostras são pequenas, este método deve ser usado em substituição ao Coeficiente de Correlação do Momento Produto.

A forma de apresentação da execução dos programas do PPA encontra-se no contexto global do orçamento executado. Como pode ser visualizada na Tabela 2, a execução orçamentária apresenta um Valor Inicial em cerca de R\$ 44,0 bilhões, enquanto que os investimentos pelo critério do PPA (projetos e atividades finalísticas) correspondem a 43% do Orçado Inicial (R\$ 19,0 bilhões), 47% do Orçado Atual, 48% dos valores empenhados, liquidados e pagos.

Para o Governo implementar as políticas públicas torna-se necessário que um conjunto de processos meios sejam rodados, concomitantemente, com a definição da agenda, planejamento, implementação, execução e monitoramento das políticas voltadas para a produção e oferta dos bens e serviços públicos. Dois grupos de despesas enquadram-se nesses processos: Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo e a denominada Operação Especial.

As ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo compreendem grupos de despesas de manutenção, transferências e serviços da dívida. Os maiores valores correspondem a pessoal, R\$ 8,2 bilhões e transferência a municípios, R\$ 2,8 bilhões.

Outro Grupo de despesa denominado Operações Especiais⁴ não contribui para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO

Essa ótica pode ser mais bem elucidada se visualizada por outra forma de apresentação dos valores orçamentário – financeiros. A Tabela 5 apresenta a execução do orçamento por classificação da ação, que revela a execução orçamentária dos inves-

TABELA 5 EXECUÇÃO DO PPA 2016-2019 POR CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO							Bahia, 2016
Classificação da Ação	Orçado Inicial (R\$1.000,00) (A)	Orçado Atual (R\$1.000,00) (B)	Contingenciado (R\$1.000,00) (C)	Empenhado (R\$1.000,00) (E)	Liquidado (R\$1.000,00) (F)	Valor Pago (R\$1.000,00) (G)	% Liquidado
Ações Incluídas no PPA	18.278.817	23.002.558	963.181	17.974.652	17.817.672	17.710.499	46,5
Atividade Finalística de Custeio	3.830.927	4.968.007	39.196	4.679.563	4.616.315	4.609.940	12,1
Atividade Finalística de Pessoal Folha	7.886.263	8.748.147	0	8.670.097	8.670.097	8.598.853	22,6
Atividade Finalística de Pessoal Reda	299.233	312.970	0	312.108	312.108	307.613	0,8
Projeto e Atividades Finalísticas	6.262.394	8.973.434	923.985	4.312.883	4.219.151	4.194.093	11,0
Ações Classificadas como Atividades Meio	25.670.395	27.326.712	68.997	20.633.812	20.481.924	20.394.371	52,8
Custeio	7.966.806	8.389.067	14.707	3.243.955	3.167.847	3.163.328	8,3
Operação Especial	8.343.354	9.544.550	2.500	8.482.727	8.406.947	8.406.735	22,1
Pessoal Folha	9.122.647	9.241.984	51.791	8.770.973	8.770.973	8.690.576	22,8
Pessoal Reda	212.588	151.106	0	136.157	136.157	133.732	0,4
Reserva de Contingência	25.000	4	0	0	0	0	
TOTAL GERAL	43.949.212	50.329.269	1.032.178	38.608.464	38.299.596	38.104.871	100

Fonte: Flipan 13/01/2017

4 - Exemplos desse tipo de despesa são o pagamento de dívidas, ressarcimentos, sentenças judiciais, transferências, indenizações, financiamentos e contribuições a entidades.

timentos (de acordo com a classificação no PPA), bem como a manutenção que se dá ao tecido governamental sob o olhar da classificação da ação, ou seja: Atividades Finalísticas de Custeio, de Pessoal, Folha e REDA; Projeto e Atividades Finalísticas cujos Valores Empenhados, foram R\$ 4,7; R\$ 8,7 ; R\$ 0,3 e R\$ 4,3 bilhões, respectivamente.

Para que esses investimentos fossem executados (liquidados) no valor de, aproximadamente, R\$ 18,0 bilhões, tornou-se necessário a realização de processos governamentais pelos diversos órgãos que resultou num gasto em custeio e pessoal no valor de R\$ 19,4 bilhões, correspondendo a um percentual de 52,0% do valor total liquidado.

A Tabela 6 demonstra, de forma sintética, os tipos de ação orçamentária para o exercício de 2016. Sendo que os projetos alcançaram o montante de R\$ 38,3 bilhões, correspondendo a 69% e 22% couberam ao item Operação Especial.

A FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

Enfrentar as adversidades, sem perder de vista as diretrizes norteadoras que entendem a política social não como uma compensação no processo de desenvolvimento, e sim como uma peça fundamental para fomentá-lo. Rota traçada, mãos firmes no timão, o Governo da Bahia fecha o segundo ano de trabalho com um resultado alcançado por poucos. Destaque nacional em equilíbrio financeiro, hoje consegue manter o nível de investimentos e assegurar a continuidade de obras e de serviços estruturantes. (Revista Terra Mãe, Ano II)

Os valores mencionados, anteriormente, também podem ser apresentados sob a ótica das áreas e funções do governo, evidenciada na Tabela 7, onde é demonstrado a evolução da execução no período 2012 a 2016, sob a visão do valor liquidado.

TABELA 6 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR TIPO DA AÇÃO							Bahia, 2016
Tipo de Ação	Orçado Inicial (R\$1.000,00)	Orçado Atual (R\$1.000,00)	Contingenciado (R\$1.000,00)	Empenhado (R\$1.000,00)	Liquidado (R\$1.000,00)	Pago (R\$1.000,00)	% Liquidado
Atividade	30.320.874	33.010.687	266.552	26.595.387	26.448.804	26.276.066	69,1
Operação Especial	8.343.354	9.544.550	2.500	8.482.727	8.406.947	8.406.735	22,0
Projeto	5.259.984	7.774.028	763.126	3.530.350	3.443.846	3.422.069	9,0
Reserva de Contingência	25.000	4	-	-	-	-	0
Total Geral	43.949.212	50.329.269	1.032.178	38.608.464	38.299.596	38.104.871	100

Fonte: Fiplan 13/01/2017

TABELA 7 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO EXECUTIVO POR FUNÇÃO						Bahia, 2012-2016
Função	Liquidado (R\$1.000,00)					Taxa de Cresc. anual (%) 2012-2016
	2012	2013	2014	2015	2016	
Função Social	14.027.850	15.592.579	17.110.998	16.563.898	19.522.926	8,6
Saúde	4.871.585	5.068.751	5.818.211	5.611.930	6.495.661	7,5
Educação	4.013.953	4.590.279	4.963.228	4.518.948	6.206.794	11,5
Previdência Social	3.906.161	4.654.719	4.973.340	5.236.161	5.539.621	9,1
Assistência Social	414.779	320.385	303.607	331.153	469.494	3,1
Dir da Cidadania	262.041	340.711	467.137	391.935	312.328	4,5
Desporto e Lazer	243.759	312.233	241.965	169.036	211.376	(-3,5)
Cultura	200.732	228.560	252.299	227.906	192.716	(-1,0)
Trabalho	114.840	76.942	91.211	76.829	94.936	(-4,6)
Função Típica de Estado	3.127.777	3.441.199	4.111.251	3.837.920	4.974.119	12,3
Segurança Pública	3.026.145	3.338.245	3.999.564	3.710.550	4.842.791	12,5

Continua

Continuação

Essencial à Justiça	101.632	102.954	111.686	127.370	131.328	6,6
Função Infraestrutura	1.658.331	1.635.363	1.985.882	2.107.718	2.876.616	14,8
Transporte	634.685	498.191	670.517	473.399	390.598	(-11,4)
Urbanismo	432.184	464.352	506.144	756.869	1.656.712	39,9
Saneamento	298.501	415.402	585.733	542.700	7.464	(-60,2)
Habitação	145.947	123.274	52.355	192.679	466.575	33,7
Comunicações	108.587	112.320	144.893	123.010	205.245	17,3
Energia	38.427	21.824	26.240	19.061	150.023	40,6
Função de Produção	1.116.768	1.254.454	1.220.120	889.837	883.891	(-5,7)
Agricultura	538.700	537.524	595.661	344.999	162.084	(-25,9)
Indústria	275.826	206.610	139.310	136.581	445.038	12,7
Comércio e Serviços	194.409	404.158	352.255	301.229	156.724	(-5,2)
Ciência e Tecnologia	103.948	102.120	129.517	99.275	96.786	(-1,8)
Organização Agrária	3.884	4.042	3.377	7.753	23.259	56,4
Encargos Especiais	5.757.064	7.241.952	6.572.256	7.137.020	8.297.948	9,6
Administração	1.257.911	1.431.236	1.555.651	1.434.276	1.562.645	5,6
Gestão Ambiental	133.595	145.620	154.962	174.291	181.452	8,0
Relações Exteriores	37	485	-	130		
TOTAL	27.079.033	30.742.889	32.711.120	32.145.089	38.299.596	9,1

Fonte: Ipllan 13/01/2017

No período ocorre uma taxa de crescimento de 2,6% ao ano, sendo que a área social teve um crescimento anual expressivo de 8,6%. Um setor que se destaca é o educacional, onde se tem uma taxa de 11,5% de crescimento ao ano.

Uma observação importante diz respeito à diferença de valores entre a função e os programas. No caso da saúde, por exemplo, o Valor Liquidado do Programa Saúde Mais Você foi R\$ 4,3 bilhões e a função saúde apresenta um valor de R\$ 6,4

bilhões. Tal diferença deve-se ao fato de que na classificação funcional programática entram todos os Projetos, Atividades e Operação Espacial – PAOE da área.

Por último, tem-se a demonstração do orçamento por Fontes de Recursos, onde 14 fontes financiam 88% do orçamento. A principal Fonte é a 100, Recurso Ordinário do Tesouro, que participa com 34,7%, conforme está registrado na Tabela 8.

TABELA 8 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-FINANCEIRA POR FONTES DE RECURSOS							Bahia, 2016
Nº	Fonte de Recurso	Orçado Inicial (R\$1.000,00)	Orçado Atual (R\$1.000,00)	Empenhado (R\$1.000,00)	Liquidado (R\$1.000,00)	Pago (R\$1.000,00)	% Liquidado
100	ORDINÁRIO	12.920.789	13.088.356	12.919.114	12.727.029	12.434.717	34,37
102	ICMS/MUNICÍPIO	4.792.900	4.792.900	4.270.637	4.270.637	4.270.637	11,53
241	FUNPREV	3.355.670	3.399.170	3.170.377	3.170.377	3.107.922	8,56
130	VINC SAÚDE	2.929.552	3.010.487	3.005.771	2.962.792	2.880.720	8,00
107	FUNDEB	2.834.021	2.834.021	2.834.021	2.695.631	2.652.641	7,28
242	PLANSERV	1.348.991	1.593.109	1.568.019	1.508.386	1.508.081	4,07
114	VINC EDUCAÇÃO	1.500.647	1.646.297	1.565.456	1.506.633	1.485.374	4,07
281	TR SUS-BL ATEN MAC	1.379.990	1.379.990	1.275.719	1.274.073	1.273.708	3,44

Continua

Continuação

121	OCI/MOEDA	1.161.450	2.001.453	719.874	719.525	719.525	1,94
321	OCI/MOEDA - EX ANT	0	653.521	596.341	571.915	569.332	1,54
131	TR VOL FEDERAL/DIR	1.379.649	1.617.997	555.521	554.664	553.199	1,50
213	RDA INDIR	6.066.233	6.340.424	550.184	547.227	545.371	1,48
658	BAPREV - EX ANT	0	551.546	521.546	521.546	521.546	1,41
103	IPVA/MUNICÍPIO	531.732	531.732	511.226	511.226	511.226	1,38
PRINCIPAIS FONTES		40.201.624	43.441.004	34.063.807	33.541.660	33.033.998	88
OUTRAS FONTES		3.747.588	6.888.266	4.544.657	4.757.936	5.070.872	12
Total Geral		43.949.212	50.329.269	38.608.464	38.299.596	38.104.871	100

Fonte: Fiplan 13/01/2017

8.2 REALIZAÇÕES DE DESTAQUE EM 2016

Saúde: expansão e inovação à disposição da população

O governo da Bahia aplicou cerca de R\$ 5,0 bilhões em obras, serviços e recursos humanos na área da saúde em 2016. Para tanto, o governo baiano investiu na qualificação da gestão e, em dois anos, abriu, aproximadamente, 500 leitos em todo o estado.

Governo investe cerca de R\$ 5 bilhões, em 2016, garantindo novos hospitais e policlínicas, cumprindo o compromisso de regionalizar o atendimento à população.

Em 2016, a capital baiana ganhou o Hospital Geral do Estado 2 – HGE 2, referência no atendimento a queimados e a urgência e emergência de trauma. Já o Hospital da Mulher, maior unidade do Norte e Nordeste especializada no atendimento à saúde feminina, entra em funcionamento na primeira quinzena de 2017. Foram mais de R\$ 110 milhões investidos nas duas unidades, que acrescentam 297 novos leitos à rede estadual.

No interior do estado foram inauguradas duas Unidades de Pronto Atendimento 24 horas – UPAs, uma em Feira de Santana e outra em Vitória da Conquista, com capacidade de atender, diariamente, até 450 pacientes de baixa e média complexidade em cada unidade.

Outra estratégia adotada para regionalizar o atendimento à população e abrir novos leitos, foi a contratação de serviços nas redes privada e filantrópica, com foco nos serviços de média e alta complexidade, tais como hemodiálise, hemodinâmica e cardiologia, ensejando a realização de procedimentos, como cateterismo, angioplastia e implante de marca-passo.

As próximas policlínicas serão construídas nos municípios de Salvador, Alagoinhas, Feira de Santana, Valença, Simões Filhos e Santo Antônio de Jesus, sendo a capital baiana a única com duas unidades.

O serviço de rastreamento do câncer de mama realizou cerca de 103 mil exames de mamografia, beneficiando mulheres de 50 a 69 anos nos municípios de Teixeira de Freitas, Feira de Santana, Camaçari, Irecê, Alagoinhas, Jequié, Itaberaba, Salvador, Jacobina e Senhor do Bonfim.

Para as mulheres com diagnóstico positivo, o tratamento cirúrgico, quimioterápico ou radioterápico é realizado em unidades de alta complexidade em oncologia, na sede do município de residência das pacientes. Em síntese, esta é uma ferramenta de acesso da mulher ao diagnóstico precoce e tratamento do câncer de mama.

Com o objetivo de ampliar e qualificar o acesso à assistência odontológica, o governo estadual tem, simultaneamente, investido em ações nos municípios com carência nessa especialidade e em comunidades na situação de vulne-

rabilidade social. Em 2016, o número de crianças, adultos e idosos, incluindo pessoas com algum tipo de deficiência, ultrapassou 71 mil atendimentos, em 95 cidades.

Consórcio de saúde – uma concertação que trouxe inovação

Quatro policlínicas regionais de saúde estão em construção e com obras aceleradas em Jequié, Teixeira de Freitas, Irecê e Guanambi. Com previsão de inauguração no primeiro semestre de 2017, as unidades serão geridas de forma compartilhada entre municípios e o estado, por meio de consórcio de saúde. A meta é construir 28 policlínicas até o final de 2018, o que possibilitaria, simultaneamente, ampliar a oferta de serviços de média complexidade e descentralizar a assistência na Bahia.

Cada policlínica tem um custo estimado em cerca de R\$ 20 milhões, entre obras e equipamentos, que serão assumidos integralmente pelo governo estadual. Já a manutenção mensal será compartilhada entre o estado, que financiará 40% dos custos, e os municípios consorciados, que vão cobrir os 60% restantes proporcionalmente à sua população.

Somente nas cidades de Jequié, Guanambi, Teixeira de Freitas e Irecê, que no mês de dezembro estavam com, respectivamente, 32%, 30%, 24% e 27% das obras concluídas, a previsão é que as policlínicas sejam referência para, aproximadamente, 2 milhões de baianos que residem em 98 municípios do estado.

Outras obras também estão em ritmo acelerado. O Hospital Regional da Costa do Cacau, em Ilhéus; o Hospital da Chapada, em Seabra; e o Hemocentro de Barreiras, entrarão em funcionamento em 2017.

No ano de 2016, o governo, através da Secretaria de Saúde – SESAB, aumentou em 47% a aplicação de recursos para aquisição de medicamentos da Atenção Básica, que são distribuídos aos municípios em relação ao mesmo período (janeiro a outubro) do ano anterior. Já em relação aos medicamentos da Atenção Especializada, este aumento foi de 109% em relação ao mesmo período.

A partir de 2017, serão investidos US\$ 285,0 milhões no fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS na Bahia, sendo US\$ 200,0 milhões financiados pelo

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e US\$ 85,0 milhões de contrapartida estadual. Esse montante será investido, simultaneamente, na estruturação do Sistema de Atenção Integral de Saúde para superar vazios assistenciais em áreas prioritárias, no fortalecimento da regulação para a assistência à saúde, garantindo o acesso adequado dos usuários do SUS na Região Metropolitana de Salvador – RMS e no fortalecimento institucional da SESAB.

Serão construídas, ampliadas e reformadas unidades de saúde nas cidades de Candeias, Camaçari, Alagoinhas, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Salvador, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Vera Cruz, Santo Antônio de Jesus, Valença e Feira de Santana.

Hospital da Mulher

Com investimento de R\$ 33 milhões entre obras e equipamentos, o Hospital da Mulher, em Salvador, ganha destaque como o maior hospital especializado no atendimento à saúde da mulher do Norte-Nordeste. São dez salas cirúrgicas e 136 leitos, distribuídos da seguinte forma: 97 destinados à internação, dez leitos de UTI e 29 leitos para hospital dia. O centro de diagnóstico está equipado com tomógrafo computadorizado, ultrassom, *doppler scan*, raio-X e laboratório 24 horas.

A unidade, que começa a funcionar no início de 2017, conta também com atendimento na área da reprodução humana. Não apenas com serviço de contracepção, mas também com suporte a casais com dificuldades para engravidar, serviço inédito no âmbito dos SUS na Bahia, além da área de oncologia, com diagnóstico e tratamento do câncer integrado a uma Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon).

Bahiafarma

Por meio da Bahiafarma, o maior destaque em inovação foi para os testes sorológicos para diagnóstico rápido, em parceria com o laboratório sul-coreano GenBody, com o qual o governo baiano havia celebrado acordo em 2015. Os dispositivos para identificação de infecção por Zika Vírus (Zika IgG / IgM Combo

e Zika NS1) e de Febre Chikungunya (Chikungunya IgM) foram os primeiros do gênero produzidos no Brasil a obter registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Outros testes rápidos, como os paradiagnóstico de dengue e sífilis, também já foram desenvolvidos e aguardam a publicação do registro pela Anvisa. Práticos, seguros e com alto índice de confiabilidade, os testes rápidos da Bahiapharma também chamaram a atenção do mercado pelo baixo custo de produção. Levantamento feito pelo Ministério da Saúde apontou que o preço de um dos dispositivos, o Zika IgG/IgM Combo, é menos da metade do que o praticado pelos concorrentes internacionais.

Ensino Profissionalizante

A rede educacional avançou nos últimos anos. O Ensino Básico foi universalizado, a rede de Ensino Superior Federal e Estadual foi expandida, e conta hoje com dez universidades. O Ensino Técnico Federal – IFBAS foi expandido em 35 unidades.

Para os cursos técnicos foram abertas 100 mil vagas em 2016 nas modalidades: Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – Proeja Médio (Educação Profissional de Jovens e Adultos), Educação Profissional em Tempo Integral – EPITI e Cursos Técnicos Subsequentes ao Médio, tendo um total de 72,2 mil alunos matriculados. Os cursos foram ofertados em 115 municípios de 27 Territórios de Identidade com investimento de R\$ 7,6 milhões.

Houve também, na Educação Profissional, ampliação das vagas dos cursos em Tempo Integral – EPITI, passando de 350 em 2015 para 2,2 mil vagas ofertadas, em 2016, com 1.345 estudantes matriculados nos referidos cursos. Os cursos de EPITI contemplam estudantes de 25 municípios em 16 Territórios de Identidade. Foram utilizados, aproximadamente, R\$ 700 mil dos recursos existentes nos Centros de Educação Profissional. Por tudo isso a Bahia dispõe hoje da segunda maior rede de Educação Profissionalizante do Brasil.

Programa Formação pela Escola

Em 2016, efetivou-se o Programa Formação pela Escola, com a participação direta de 20.020 cursistas de 255 municípios parceiros, com foco para mobilização e controle social das políticas públicas, em parceria com o Fundo Nacional

de Desenvolvimento para a Educação – FNDE/MEC. Através de assessoramento para elaboração, monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação, atendemos a 1.600 profissionais dos 27 Territórios de Identidade, em parceria com o Ministério da Educação – MEC e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime. Na mesma parceria, foi possível o assessoramento para elaboração ou adequação dos Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais de Educação, atendendo a 1.500 profissionais dos 27 Territórios de Identidade.

Em 2016, formaram-se 915 professores e educadores da Educação Profissional, realizando acompanhamento, apoio e orientações pedagógicas a 120 turmas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec e Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem em todos os Territórios de Identidade, com investimento de R\$ 316 mil.

Cultura e Identidade

A Bahia possui uma grande diversidade, sendo multicultural, e a preservação do seu patrimônio cultural e memória tem o objetivo de ampliar a função sociocultural, garantindo a democratização e o acesso do povo à sua identidade. Nesse sentido, diversos equipamentos estão em pleno funcionamento, como a dinamização de oito Museus, 17 Espaços Culturais, Teatro Castro Alves – TCA, Centro de Formação em Artes – CFA, Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia – Funceb, duas salas de cinema, Bibliotecas Públicas Estaduais, Arquivo Público do Estado da Bahia – Apeb e Centro de Memória da Bahia – CMB, que ampliam espaços importantes de cultura e arte.

Para apoiar e divulgar a cultura, a arte, a história e a memória da Bahia, foram realizadas 48 ações gratuitas, bem como o incentivo ao livro e à leitura através de diferentes linguagens e suportes, alcançando um público estimado em 21 mil pessoas na capital e no interior do estado, que prestigiaram eventos, como o Projeto Encontro com o Escritor, Oficinas Literárias, Saraus Poéticos e Contação de Histórias.

Ações de tratamentos técnicos em 909.735 documentos foram realizadas para a preservação dos acervos do Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB, Bibliotecas Estaduais da Bahia e Centro de Memória da Bahia – CMB, custodiados pela

Fundação Pedro Calmon – FPC. Foram ampliados os acervos do Arquivo Público da Bahia – APEB e das Bibliotecas Públicas Estaduais através da doação de mais de 5 mil exemplares de livros, periódicos e multimeios (CD, DVD e vinil).

Ocorreram 165 eventos culturais, a exemplo de apresentações da Orquestra Sinfônica da Bahia – OSBA, apresentações do Balé do Teatro Castro Alves – BTCA e projetos como “Eu sou Concha” e “Domingo no TCA”.

Tais ações preservam a memória da Bahia e promovem o acesso aos bens e serviços artísticos e culturais, com vista à sua universalização e ao desenvolvimento territorial da cultura.

Segurança Pública: Polícia Cidadã

Os investimentos programados e já realizados visam a consolidação de uma Polícia Cidadã e mostram a convicção de que, para melhorar a segurança pública e dar maior tranquilidade à população, é preciso que as polícias trabalhem de forma integrada, articulada e parceira.

Nessa área destaca-se, dentre outras importantes realizações, a inauguração do Centro de Operações e Inteligência de Segurança Pública 2 de Julho, que é considerado o maior centro de operações policiais da América do Sul, sendo responsável por monitorar e coordenar as ações integradas de combate à criminalidade em toda a Bahia. Sua construção representou um investimento de R\$ 260 milhões, e conta com a participação integrada de todas as forças de segurança do estado, agregando também órgãos federais e municipais.

Também foram inaugurados, em 2016, mais três Distritos Integrados de Segurança Pública – Disep, com unidades do Departamento de Polícia Técnica – DPT e Delegacias Territoriais, localizadas nos municípios de Juazeiro, Salinas da Margarida e Serrinha, beneficiando cerca de 318 mil pessoas e representando um investimento global de R\$ 11,4 milhões. Iniciado em 2014, o projeto prevê a construção de 32 unidades em 31 municípios até o final de 2017.

Para a ampliação da corporação, foi realizado o Curso de Formação de Soldados, no qual mais de 1.160 policiais militares passaram a fazer parte das forças de segu-

rança da Bahia. Em março de 2016, outros 615 policiais militares já haviam se formado, reforçando ainda mais o quadro de segurança da Bahia. Esses profissionais, incorporados, correspondem ao compromisso feito pelo executivo baiano, no começo da sua gestão, quando convocou os 2 mil aprovados no concurso de 2012.

Foram formados de 554 policiais civis aprovados em concurso público, distribuídos nos seguintes cargos: 98 Delegados de Polícia, 48 Escrivães e 408 Investigadores, no período de janeiro a outubro, que atuarão nos 27 Territórios de Identidade, ampliando a capacidade investigativa da Polícia Civil. Também foram formados 66 Peritos Criminais, Peritos Médicos Legistas e Peritos Técnicos aprovados no concurso público realizado em 2014, visando ampliar o quadro funcional do Departamento de Polícia Técnica – DPT nas Macrorregionais com sedes nos municípios de Barreiras, Feira de Santana, Itabuna, Irecê Juazeiro e Vitória da Conquista.

A Territorialização do Desenvolvimento

Na busca de integrar investimentos produtivos e tecnologias sociais, destaca-se a implementação da Agenda Territorial da Bahia – AG-TER, que tem por objetivo propiciar oportunidades de desenvolvimento para os Territórios de Identidade do Estado da Bahia, mediante a integração de esforços entre diversos atores públicos e privados de diferentes segmentos para viabilizar a implantação de empreendimentos produtivos e fomento à cultura empreendedora, a fim de promover a geração de renda e a melhoria do padrão de vida da população baiana. Inicialmente foram mobilizados os Territórios Baixo Sul, Irecê, Velho Chico e Litoral Sul, onde foram realizadas três reuniões em cada um destes territórios, com a participação de diversos parceiros, entre universidades, instituições financeiras e empreendedores, tendo sido identificados diversos projetos produtivos.

Agricultura Familiar

Para o fortalecimento da agricultura familiar, foram desenvolvidas ações para garantir acesso à água e à terra, mecanização rural sustentável, assistência técnica e extensão rural – ATER, apoio às cadeias produtivas, à agroindustrialização e à comercialização. As iniciativas são estratégicas para que a produção da agricultura familiar seja reconhecida, valorizada e gere renda para esse segmento, dinamizando a economia nos municípios e em todo o estado.

Com recursos que totalizaram R\$ 7,3 milhões, foram beneficiadas famílias dos 32 municípios de atuação do pró-semiárido nos Territórios da Bacia de Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Piemonte Norte do Itapicuru, Sisal e Sertão do São Francisco com, aproximadamente, 7,9 mil atendimentos em 460 comunidades e prestação de ATER, para ações de consolidação em municípios do Projeto Gente de Valor.

Destaca-se que a equipe de ATER atendeu um público com a elaboração de diagnósticos, planos e projetos de investimentos para realização de convênios. Também envolveu-se diretamente na elaboração da proposta técnica para o acordo entre o governo do estado e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – FIDA para atendimento ao Perímetro Irrigado de Ponto Novo, com ações de implantação do dispositivo *fusegate*, fruticultura irrigada, piscicultura e produção de sementes; e prestou assistência técnica especializada para construção e funcionamento da Unidade de Beneficiamento de Frutas da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá – COOPERCUC, em Uauá.

Outra ação importante foi a execução de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural a 43.423 Agricultores Familiares e Comunidades Tradicionais – PCTs de 197 municípios em 24 Territórios de Identidade.

Saneamento Básico: Mais Saúde para a População

Outro conjunto de entregas refere-se ao Saneamento, compreendendo coleta, tratamento e destinação adequados, pois contribuem, significativamente, para a saúde do povo e do meio ambiente. Dez Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES estão em andamento nos municípios de Arembepe, Baixa Grande, Barreiras, Conde, Ipirá, Iaçu, Ilhéus/Pontal, Ipiaú, Lauro de Freitas e Rio do Antônio, beneficiando 801,5 mil habitantes, com investimento total de R\$ 492 milhões. Foram ampliados SES nos municípios de Feira de Santana/Bacia do Jacuípe, Vitória da Conquista, Camaçari/Mata de São João, Candeias e Salvador, beneficiando 85,2 mil habitantes, com investimento total de R\$ 76,4 milhões.

Água para Todos: Mais Vida e Produção

A Infraestrutura Hídrica para a oferta de água de uso múltiplo e sustentável, com qualidade e em quantidade suficiente, visando principalmente a univer-

salização do abastecimento humano, compõe mais uma preocupação com a população e as regiões. Situada no município de Itapé, no litoral sul do estado, as obras da Barragem do Rio Colônia foram iniciadas em fevereiro de 2016 com finalização prevista para o segundo semestre de 2017. O equipamento, com recursos do governo federal e estadual, da ordem de R\$ 120 milhões, irá garantir o abastecimento regular de água tratada para mais de 350 mil moradores da região. A Barragem do Rio Colônia terá 25 quilômetros de lâmina d'água, eixo com comprimento de 124 metros e altura de 21,4 metros. Quando chegar ao seu máximo, possuirá volume total de mais de 62 milhões de metros cúbicos de água.

Mobilidade e Acessibilidade Urbana: Qualidade de Vida Para a População

Com relação à Mobilidade e à Acessibilidade Urbana, o governo do estado vem promovendo significativos aportes, a partir de parcerias que envolvem também o governo federal. Entre as principais intervenções em Salvador, estão as Linhas Azul, que serão corredores alimentadores interligando a Avenida Pinto de Aguiar à Avenida Gal Costa, e a Linha Vermelha, que interligará a BR-324 à Avenida Otávio Mangabeira, na orla marítima da capital. Quando forem entregues, as obras facilitarão, significativamente, a mobilidade urbana na capital, permitindo que soteropolitanos e visitantes percorram significativas distâncias dentro de Salvador com expressiva economia de tempo.

O Avanço de um Transporte de Massa Moderno e Eficiente

As obras do metrô avançam a passos largos. Foi entregue a Linha 1 do metrô, com extensão de 12Km e que permite o deslocamento da Lapa a Pirajá, e já em sua fase experimental transportou 10 milhões de passageiros, com média diária de 45 mil pessoas. Iniciou-se também, as obras da Linha 2 nos trechos acesso Norte-Pernambué e Pernambué-Aeroporto, com obras em execução ao longo de boa parte da Avenida Paralela. Quando for concluída, a Linha 2 terá extensão total de 21Km, beneficiando cerca de três milhões de pessoas. O valor total do investimento é de R\$ 3,6 bilhões. A integração das Linhas 1 e 2 permitirá a implantação do Sistema Metroviário Salvador-Lauro de Freitas: uma revolução na forma de locomoção da população de Salvador e de Lauro de Freitas.

Completando os investimentos no âmbito da mobilidade urbana na capital baiana, estão em andamento os estudos para a licitação do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, que vai interligar o bairro do Comércio, no centro da capital, a Paripe, no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Em Feira de Santana estão em andamento as obras de implantação do viaduto que vai interligar a Avenida Nóide Cerqueira à BR-324. Com 95m de extensão e 9,2m de largura, o empreendimento encontra-se com 54,35% de avanço físico em 2016, com total aplicado de R\$ 5,9 milhões, e beneficiará uma população aproximada de 556 mil pessoas.

A FIOLE e o Porto Sul: Mais Produção e Renda

No que concerne à dinamização da infraestrutura baiana, negociações estão em franco desenvolvimento para a construção e operação do Porto Sul e Ferrovia Oeste-Leste – FIOLE, por meio de parceria com o Fundo Chinês para Investimento na América Latina, em associação com o governo da Bahia e a Bahia Mineração, com recursos estimados em R\$ 2,6 bilhões. É clara a relevância dessas obras para a integração econômica do estado, uma vez que reduzirá o custo dos insumos e possibilitará o escoamento da produção em melhores condições, ampliando a competitividade baiana.

A Ponte Salvador Itaparica

Outra obra relevante, em fase avançada de levantamento financeiro, o Projeto SVO pretende criar um novo vetor de desenvolvimento na Bahia, beneficiando, diretamente, 4,4 milhões de habitantes em 45 municípios e, indiretamente, quase 10 milhões de pessoas em 250 municípios nas regiões Oeste, Sudoeste e Sul do estado. Se os benefícios imediatos estão no campo da logística, os ganhos econômicos de longo prazo se estendem aos setores industrial, agrícola, comercial e, notadamente, turístico.

O orçamento atualizado do projeto é de R\$ 7,9 bilhões, sendo R\$ 6,1 bilhões para a Ponte e R\$ 1,8 bilhão para o resto do sistema viário. O prazo de construção está estimado em quatro anos.

O SVO é um dos mais maduros megaprojetos de infraestrutura de transportes do Brasil. Já conta com projeto básico de engenharia e com estudos correlatos, inclusive sondagens físicas e sísmicas, hidráulica marítima, tráfego e navegabili-

dade na Baía de Todos-os-Santos. Destaca-se em 2016 a publicação da licença prévia do empreendimento e a conclusão dos estudos urbanísticos realizados para a Ilha de Itaparica, que incluem um Plano Urbanístico Intermunicipal e a revisão dos PDDUs dos municípios de Itaparica e Vera Cruz e dos decretos de utilidade pública para fins de desapropriação na Ilha de Itaparica, readequando-os às faixas de domínio das rodovias previstas e às diretrizes dos novos PDDUs.

Por fim, vale a pena ressaltar que prosseguem as negociações tanto com o governo Federal (Ministério dos Transportes, Secretaria Executiva do PPI, CEF, SUDENE) quanto com empresas internacionais interessadas no projeto. No primeiro caso, uma vitória importante foi obtida com a redefinição pelo DNIT do traçado planejado da BR-420, que passou, em 2016, a coincidir com parte do desenho do SVO. No segundo, avançou-se, particularmente, nas discussões com empresas chinesas interessadas em financiar e construir a ponte e o novo conjunto viário.

Infraestrutura Logística

No âmbito da infraestrutura de transportes, os investimentos contemplam os modais rodoviário, hidroviário e aeroviário. Pelo modal aeroviário, realizou-se obras para o Aeroporto de Vitória da Conquista, com investimentos no exercício de R\$ 7,6 milhões, que beneficiará cerca de um milhão de habitantes dos municípios de Vitória da Conquista, Anagé, Barra do Choça, Cândido Sales, Itambé, Planalto e Belo Campo.

Diante da extensão territorial do estado, é de grande relevância a ênfase no modal hidroviário como forma de reduzir distâncias e custos de transporte. Nesse sentido, está em fase de conclusão o Terminal Hidroviário de Saubara, que beneficiará cerca de 10 mil pessoas e tem investimento no exercício de R\$ 1,4 milhão. Também a viabilização de ações para a recuperação e dinamização da Hidrovia do Rio São Francisco nos seus 1.371Km de extensão, entre Pirapora (MG) e Juazeiro, com prioridade para o trecho de 573 quilômetros, entre Ibotirama e Juazeiro, inclusive a criação do 1º Batalhão de Engenharia Hidroviário do Exército. Realizou-se ainda, a recuperação dos terminais hidroviários de Camamu, São Joaquim e Bom Despacho, visando assegurar maior conforto e segurança para os passageiros.

O governo deu ênfase para a recuperação de diversas rodovias baianas. Um dos destaques foi a pavimentação da BA-351, no trecho entre Barra e Buritirama, com

extensão de 26,6Km e investimento total de R\$ 20,6 milhões. Só em 2016 já foram aplicados R\$ 2,2 milhões. Outra intervenção importante foi a recuperação de 24 km na BA-156, que liga Botuporã a Caturama, o que facilitará o transporte intermunicipal de passageiros e o escoamento da produção. Com investimentos no exercício de R\$ 2,9 milhões, a obra beneficia, aproximadamente, 20 mil pessoas. E ainda, a recuperação de 17Km na BA-398 da estrada que liga o Entroncamento da BR-110 a Crisópolis, com investimentos, no exercício, de R\$ 3,3 milhões.

Foram realizadas, ainda, obras para implantação de 13,5km de acessos rodoviários interligando diversos municípios à malha rodoviária do Estado e beneficiando mais de 80 mil pessoas. Já foram investidos R\$ 12,2 milhões em 2016. De modo geral, as intervenções envolvem reparos no revestimento das rodovias, entre outras ações, voltadas para garantir a segurança e a comodidade de quem trafega pelas rodovias baianas, num total de R\$ 82 milhões investidos em 2015.

Em relação a telecomunicações, realizou-se a implantação de acesso de última milha, em banda larga, em 151 unidades da administração pública do estado, incluindo 85 unidades educacionais na cidade de Salvador, beneficiando 28 órgãos, com aplicação de recursos de R\$ 5,0 milhões.

Energia: Em Busca de Novas Fontes

Com o compromisso de promover a universalização do acesso à energia elétrica em todo o meio rural, com ênfase no semiárido, o governo do estado, em parceria com o governo federal, viabilizou mais 7,3 mil novas ligações de energia elétrica, com investimento total de R\$ 99,5 milhões através do Programa Luz para Todos. Outra intervenção importante foi a eficiência de 104

pontos de iluminação pública, em apoio a municípios baianos, beneficiando uma população estimada de 27,6 mil habitantes. Nessa intervenção foram aplicados R\$ 1,2 milhão.

Mais cinco mil clientes foram interligados à rede de distribuição de gás no segmento residencial, com investimento de R\$ 3,5 milhões. Também foram concluídas as obras no gasoduto-tronco entre Itabuna e Ilhéus, no qual foram aplicados R\$ 17,4 milhões. Nesses municípios, clientes dos setores industrial e automotivo estão sendo atendidos, o que exigiu investimento de R\$ 1,6 milhão em infraestrutura.

No tocante à energia eólica, até 2018, a Bahia deve liderar o setor no país: atualmente é o terceiro maior produtor do Estado, ficando atrás do Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. O território baiano é o que mais possui usinas eólicas em construção. Em 2016 entraram em operação comercial 21 parques eólicos, em sete municípios, com um incremento de mais 517,73MW na capacidade instalada, com investimentos da ordem de R\$ 1,82 bilhão, ampliando assim a sua participação na matriz de geração da Bahia de 14% em 2015 para 18% em 2016. O grande diferencial baiano é ter bons ventos e sol intenso justamente onde a economia é mais pobre, possibilitando que os investimentos tenham impactos significativos na geração de emprego e renda no semiárido.

O estado também começa a se destacar na produção de energia fotovoltaica – a partir da fonte solar – com a construção de três parques com capacidade instalada total de 84MW e investimentos da ordem de R\$ 469,9 milhões, no município de Tabocas do Brejo Velho, com previsão de entrada em operação comercial para outubro de 2017. Esses resultados positivos contribuem para assegurar a diversificação da matriz energética da Bahia.